

MULHERES E GEOGRAFIA – REFLEXÕES PERTINENTES?

Roseli Alves dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus de Francisco Beltrão)
orcid.org/0000-0002-4220-2044
E-mail: roseliasantos@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7965

Resumo

Este texto decorre da sistematização da exposição realizada a convite da Revista Geoatos para o debate online – Geógrafas brasileiras: contextos e desafios. A construção do presente texto teve por base as experiências vivenciadas ao longo da docência geográfica e das pesquisas realizadas, além dos trabalhos efetivados no âmbito acadêmicos e dos movimentos sociais e populares. Assim, objetivamos dar prosseguimento aos debates aflorados durante a realização do encontro online, respondendo as questões formuladas e inseridos a partir de uma reflexão teórica a importância da leitura geográfica para compreensão da participação das mulheres nos diversos espaços e as dificuldades enfrentadas em uma sociedade patriarcal, destacando assim o papel social que a geografia pode desempenhar na atualidade com vistas a auxiliar na sua compreensão e a fomentar mudanças mais justas e equitativas.

Palavras-chave: Mulheres; Geografia; Patriarcado.

WOMEN AND GEOGRAPHY - PERTINENT REFLECTIONS?

Abstract

This text is the result of the systematization of the exhibition held at the invitation of Geoatos Magazine for the online debate - Brazilian Geographers: contexts and challenges. The construction of this text was based on the experiences of the geographic teaching and research carried out, in addition to the work carried out in the academic field and in social and popular movements. Thus, we aim to continue the debates that have emerged during the online meeting, answering the questions formulated and inserted from a theoretical reflection the importance of geographic reading for understanding the participation of women in the various spaces and the difficulties faced in a patriarchal society, thus highlighting the social role that geography can play today in order to help in their understanding and to promote fairer and more equitable changes.

Keywords: Women; Geography; Patriarchal.

FEMMES ET GÉOGRAPHIE - RÉFLEXIONS PERTINENTES?

Résumé

Ce texte découle de la systématisation de l'exposition réalisée à l'invitation du Magazine Geoatos pour le débat en ligne - Géographes brésiliennes : contextes et défis. La construction de ce texte a été fondée sur les expériences vécues au cours de l'enseignement géographique et des recherches réalisées, en plus des travaux effectués dans le domaine académique et des mouvements sociaux et populaires. Nous avons donc l'intention de poursuivre les discussions qui ont eu lieu de la rencontre en ligne,

répondant aux questions formulées et insérées à partir d'une réflexion théorique, sur l'importance de la participation des femmes dans les différents espaces et les difficultés rencontrées dans une Société patriarcale, soulignant ainsi le rôle que la géographie peut jouer à l'actualité en vue d'aider à sa compréhension et décourager des chargements plus justes et équitables.

Mots-clés: Femmes; Géographie; Patriarcat.

Introdução

A revista *Geoatos*, neste momento de isolamento social em que vivemos, nos propôs, no dia do geógrafo e da geógrafa, um debate a partir da temática *Geógrafas brasileiras: contextos e desafios*. Esta experiência foi realizada no dia 28 de maio de 2020, via online, juntamente com três outras pesquisadoras: Larissa Araújo Coutinho de Paula; Carmem Lucia da Costa e Vanessa Dias de Oliveira. Assim, neste texto buscamos sistematizar alguns dos pontos relevantes debatidos, pois tratamos de um conteúdo amplo e complexo como o é a ciência geográfica. Desta forma, objetivamos trazer elementos para a reflexão a partir do cotidiano e das experiências decorrentes das práticas geográficas, seja pela pesquisa, ensino e/ou extensão que extrapolam o período de pandemia que vivemos. Neste sentido, é importante posicionar as/os leitoras/es sobre quem fala: sou professora, negra, da classe trabalhadora, brasileira, latina, feminista, mãe, filha, irmã, amiga, esposa entre outras denominações que me constituem enquanto mulher. Todavia, quando nos referimos ao percentual de 50 por cento da população mundial, não podemos falar em mulher, mas em mulheres, com todas as suas diversidades e especificidades. Assim, não temos uma temática que se finda neste debate, ao contrário exige visibilidade acadêmica, e aqui tratamos da geografia. Nesta seara, evidenciamos que não há uma unicidade na abordagem proposta, o que caracteriza esta como apenas uma visão construída a partir da nossa prática geográfica e que remete as leitoras, leitores e leitorxs a considerar se as reflexões são ou não pertinentes para a geografia e para a interpretação espacial que realizamos.

Gênero e Geografia – nos espaços públicos e privados

Para iniciarmos nossa reflexão destacamos que a geografia, ao ter o espaço como seu objeto de estudo e compreendê-lo a partir das dinâmicas naturais e sociais, considera a sociedade como um elemento estruturante deste. As sociedades por sua vez, têm características culturais, políticas e econômicas distintas, no entanto em todos os espaços

há uma classificação singular constituída a partir do elemento biológico entre machos e fêmeas relacionando-os à existência de homem e mulher. Todavia, este é um estereótipo que não é resultado desta simples correlação, pois as mesmas variáveis vão dar origem a diferentes homens e diferentes mulheres. Reconhecendo este contexto, neste momento nos atentamos para as singularidades de que as sociedades são divididas entre homens e mulheres. Outro elemento singular, que não é novo, decorre que a maior partes das sociedades são estruturadas a partir de sistema patriarcal, no qual os homens são dominantes e as mulheres sofrem discriminações e são marginalizadas e violentadas por serem mulheres, condição esta que se agrava de acordo com a sua sexualidade, classe, etnia etc., o que indica uma leitura interseccional.

Como destaca Silva (2015, p. 312),

Ao conjunto da população identificado como “mulheres” relegaram-se atributos os quais persistiam em distanciar-las das questões de ampla valorização social. Destaca-se ainda a sobrevalorização das características masculinas nas atividades de maior status socialmente, atitude originada da divisão sexual do trabalho, subordinada ao pensamento patriarcal.

Ao tratarmos da sociedade formada pela população de determinado espaço, considerando a parte constituída pelos homens, inviabilizamos metade da sociedade composta pelo grupo de mulheres, que tem acesso aos espaços públicos e privados diferente dos homens em virtude da perspectiva patriarcal e pelo fato de ser mulher, como veremos ao longo do texto.

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (BEAUVOIR, 2016, p.24)

A partir desta realidade é que observamos um movimento com a participação de geógrafas, geógrafos e geógrafxs do Brasil e de outros países, buscando romper com a leitura da geografia como uma neutralidade. É um movimento que ganha maior expressão política e acadêmica na Europa e Estados Unidos na década de 1970 e tem avançado a partir dos anos 1990 na América Latina e de forma bastante rica no Brasil, ao incorporar a geografia de gênero e também da diversidade sexual. Nos apoiando em Silva (1998),

podemos considerar que o surgimento deste debate tem contribuições dos movimentos feministas que trazem novos olhares e perspectivas de análises da realidade.

A aproximação da leitura geográfica com a abordagem de gênero teve nos movimentos feministas um elo fundamental para a visibilidade das questões envolvendo as mulheres. É importante destacar que, embora pouco expressivo em termos de quantidade, alguns trabalhos geográficos envolvendo a participação das mulheres nas formações espaciais, como a tese de livre-docente de Rosa Ester Rossini, em 1984, tratando da geografia e gênero- a mulher na lavoura canavieira paulista, foram preliminares no debate que toma fôlego na década de 1990.

A ampliação da visibilidade das temáticas envolvendo as mulheres nos diversos espaços geográficos, ocorre a partir do aumento na participação deste grupo na vida acadêmica. De acordo com a Sinopse Estatística de Educação Superior no Brasil, em 2017 havia 392.036 docentes no Ensino Superior, sendo que 54% era composto por pessoas do sexo masculino e para este mesmo ano em relação ao número de estudantes graduados em curso superior 59% eram mulheres. Cabe destacar que mesmo as mulheres tendo mais formação superior não é maioria no mundo acadêmico, no entanto, o aumento da presença feminina nos diversos espaços é importante uma vez que trazemos leituras diferenciadas, construídas a partir das vivências desiguais existentes nos processos de formação dos espaços geográficos.

Destarte a relevância da referida participação, a predominância masculina nas produções acadêmicas, continuam a existir, seja em termos quantitativos ou das obras principais utilizadas. A estrutura de dominação dos homens nos espaços públicos e a associação das mulheres aos espaços domésticos vinculado às atividades de cuidado com as tarefas de reprodução domésticas e com as pessoas, especialmente crianças e idosos, reforçam a discrepância existente. Mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as atividades de cuidado permanecem na construção coletiva e nos cotidianos como responsabilidade das mulheres, gerando a sobrecarga de trabalho, como é comumente conhecida.

A geografia na atualidade, especialmente a Crítica, tem contribuído na desmistificação desta dominação masculina como algo natural. Essa desconstrução é fruto do trabalho desenvolvido a partir de uma geografia feminista, adotada por mulheres, mas não exclusivamente por elas, que fomenta as pesquisas e cria uma rede de formação e

informação em torno da geografia de gênero, a qual tem abarcado também o debate das diversidades sexuais.

Nesse sentido Silva (1998, p.107) destaca que:

O feminismo, independente de seus matizes teóricos, é um projeto político comprometido com a mudança social orientado para conseguir a igualdade humana. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade.

Neste contexto, novos temas e problemáticas cotidianas tem sido ampliadas ou introduzidas nas pesquisas geográficas. As abordagens de gênero na geografia trazem os debates da distribuição e ocupações dos espaços públicos e privados por homens e mulheres, resultando na visibilidade da discriminação e violência sofrida pelas mulheres, a dificuldades de acesso e permanência nos espaços públicos, bem como da sua participação na gestão destes.

Temas como a feminização da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, as economias nacionais baseadas em remessas de capitais e como esses elementos redesenham as relações entre os sexos nos locais de origem, a participação das mulheres nos movimentos camponeses (como no Movimento dos Sem-Terra), e, acima de tudo, os desiguais efeitos que, sobre as mulheres e homens, estão produzindo a globalização, são algumas das questões que, apesar da sua inequívoca importância territorial, a Geografia brasileira tem ignorado (SILVA et al, 2009, p.40).

A preocupação dos autores é legítima e passado mais de dez anos da publicação do texto, a geografia ainda prescinde do reconhecimento das temáticas de gênero nos trabalhos desenvolvidos. Verificamos inúmeras publicações geográficas que tratam dos espaços, utilizam informações sobre os sujeitos e não fazem distinções das ações e interferências diferentes entre homens e mulheres nos contextos estudados. Assim questionamos como pode ser tratado do tema da organização espacial a partir das práticas agroecológicas que são realizadas majoritariamente por mulheres, sem compreender a lógica de estrutura das famílias produtores e considerando apenas o número de pessoas envolvidas com a produção?

O reconhecimento das diferenças de gênero e as formas de ocupação do espaço, possibilitam, por exemplo, o ordenamento espacial considerando o acesso das mulheres no

sistema de mobilidade, dos postos de trabalhos, das ocupações, da oferta de creches e escolas, do transporte público e da efetivação de regras normativas para participação das mulheres, especialmente nos espaços públicos, sem que as mesmas sofram preconceitos e assédios. A participação das mulheres, quer seja na economia doméstica ou na economia formal, é cada vez mais presente e significativa, no entanto, ainda recebem menor salário e têm menos condições de progresso profissional, quer seja pela conjugação das jornadas domésticas e de trabalho formal, quer pela dimensão cultural que a considera de forma menos capaz. Como destaca Abramo (2006), as desigualdades de gênero e raça se expressam nos indicadores do mercado de trabalho, mas com uma participação menor em relação aos homens e, também, em relação aos grupos de mulheres de acordo com os anos de escolaridade, etnia.

No entanto, observam-se diferenças importantes por gênero e raça. Ainda que esses avanços tenham beneficiado homens, mulheres, negros e brancos, eles não se distribuíram igualmente entre esses grupos. O nível de escolaridade das mulheres é claramente superior ao dos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem.

A taxa de desemprego de mulheres e negros é sistematicamente superior à de homens e brancos e a taxa de desemprego das mulheres negras é quase o dobro da dos homens brancos (ABRAMO, 2006, s/p).

Cabe lembrar, conforme ressalta Silva (1998, p.107), que “a Geografia de gênero não é ‘Geografia das ou de mulheres’, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista”. A autora afirma ainda que o “gênero” é uma categoria de análise geográfica que tem nas teorias feministas um ponto de apoio para as leituras geográficas e de proposições de mudanças diante a realidade espacial. “Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero” (SILVA, 1998, p.108). A partir desta análise, Silva (1998), estabelece a relação de gênero com a dimensão espacial em suas múltiplas escalas e as diferencialidades decorrentes da organização social, que tem nas diferenças de gênero uma expressão territorial, que é fruto de processo de construção social, como é o espaço geográfico e que, portanto, imprime nestas as diferenças de acessos e permanências, além das desigualdades e das discrepâncias de ordem econômica, cultural e política articuladas às relações de classe e etnia.

Neste sentido, Louro (2015), reforça a importância da leitura geográfica articulada entre gênero e classe, pois as diferenças econômicas presentes nos espaços também conformam diferentes tipos de mulheres, o mesmo ocorrendo quando se considera a etnia. A não consideração destas categorias implicaria numa leitura parcial dos grupos de mulheres, as vivências espaciais em relação a mobilidade urbana, por exemplo, entre as mulheres ricas e as da classe trabalhadora não são as mesmas. Embora na cultura machista as duas são subjugadas e abusadas por serem mulheres, enquanto as da classe alta circulam em seus veículos, mesmo sendo inferiorizadas como motoristas, as mulheres da classe trabalhadora enfrentam ônibus lotados e precisam se desvencilhar dos assédios corporais, entre outros. Ambas são marginalizadas, mas as condições são distintas. O mesmo contexto se reflete em relação às mulheres negras e as brancas não somente em relação ao preconceito direto, mas as formas veladas como estas ocupam os espaços, por exemplo, nos condomínios e centros empresariais. No mercado de trabalho as negras geralmente ocupam os postos dos trabalhos domésticos enquanto as brancas os cargos de maior visibilidade pública. No entanto, as situações de opressões, discriminações e violências são sofridas pelas mulheres, uma vez que a origem desses problemas está no bojo da sociedade patriarcal, que privilegia os homens, especialmente os adultos, os brancos e ricos. O discurso de subalternidade e dominação sobre as mulheres está presente na construção dos espaços urbanos, rurais, públicos e privados.

No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível à exploração. De naturais, as diferenças entre os sexos passaram a ser culturais, e por isso a categoria de gênero é útil para compreender essa construção social, sobre o que é entendido como feminino ou masculino, e desnaturalizar a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres (LOURO, 2015, p.14).

A participação das mulheres na geografia brasileira, o que Silva et al (2009) denominou de feminilização aumentou, como destacam os autores no período estudado de 1978 a 2008. No entanto, o aumento na quantidade de mulheres não significou um aumento na mesma proporção das temáticas envolvendo as questões femininas. Permanece uma seletividade em torno dos homens na geografia, o que é evidenciado pelos autores nas redes de influência das quais são inseridos. As redes nas quais as geógrafas estavam envolvidas eram menores, evidenciando uma seletividade.

Os autores destacam que ocorre a feminização da geografia, mesmo sem abalar a estrutura de reconhecimento e de poder na seara desta ciência e que estas se tornaram produtoras do conhecimento geográfico, “ (...) mas a ciência praticada pelas mulheres geógrafas não se diferencia da produção científica masculina e muito pouco tem contribuído para construir a visibilidade das espacialidades femininas (SILVA et all, 2009, p. 50).

A ausência das relações de gênero no discurso geográfico ultrapassa a análise da presença feminina no exercício profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da Geografia brasileira. Nesse sentido, compreender as articulações das posições de mando e as estruturas discursivas é fundamental, notadamente pelo resgate histórico da construção do saber científico geográfico brasileiro e do poder contido em seus enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, como as desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica (SILVA ET ALL, 2009, p.55).

Como observamos o caminhar da feminização da geografia é lento e uma contribuição tem decorrido dos eventos científicos que nos últimos anos têm trazido o debate de gênero no rol das discussões, especialmente nos espaços de debate destinado a apresentações de trabalhos, dos quais participam majoritariamente os estudantes de graduação e pós graduação em geografia. É ainda uma participação tímida, a qual tem sido forjada pela participação das geógrafas que tem se dedicado a estas pesquisas e a importante contribuição, nacional e internacional, de geógrafas como Joseli Maria Silva que representa o Brasil no setor de gênero da União Geográfica Internacional. Estas participações dos pesquisadores e pesquisadoras tem contribuído para que as temáticas de gênero ganhem espaços e, acima de tudo, têm possibilitado a construção de redes. Pois as produções geográficas que eram realizadas por pessoas isoladas nas inúmeras universidades de Geografia ao se encontrarem fortalecem os laços e vão pouco a pouco solidificando as bases teóricas e empíricas para que as abordagens de gênero sejam efetivadas.

A incorporação das temáticas de gênero na geografia requer além da ampliação das participações, o estabelecimento de redes científicas que possam garantir a inserção na formação acadêmica, que como destaca Silva *et all* (2009) precisa estar presentes nos currículos. No entanto, vivemos na política brasileira um movimento inverso de tentativa de destruição das temáticas de gênero e a sua desmoralização enquanto saber científico.

Trata-se de movimento calcado em valores morais e religiosos que evidenciam que os

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 227-242, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

debates surgidos têm causado incômodos para alguns. A estrutura patriarcal da sociedade se sente ameaçada quando as temáticas de gênero e as opressões e violências decorrentes são reveladas. Como temos demonstrado, tem sido um longo percurso para inserção das temáticas na ciência e, mesmo assim, os resultados têm abalado e amedrontado aqueles que são privilegiados quando as temáticas de gênero não ganham espaço.

É importante destacar que o conceito de gênero, considerado por nós, é baseado na leitura de Scott (1990) que afirma que o mesmo deriva de uma relação de poder entre homens e mulheres e lhes atribui papéis sociais. Utilizamos também da leitura de Saffioti (2004), sobre o conceito de patriarcado que se constitui numa estrutura de dominação dos homens sobre as mulheres, resultando em processos de violências. Assim, o uso exclusivo do conceito de gênero para explicar a situação das mulheres, poderia levar a uma visão neutra ao desconsiderar que os papéis sociais desempenhados pelos homens os privilegia.

O patriarcado, como a dominação masculina sobre as mulheres, de acordo com Saffioti (2004), não é exclusividade da sociedade atual, nem da sociedade capitalista, perpassando diferentes sociedades, mas se acirrando com o capitalismo e assim como o conceito de gênero, resultando de uma construção histórica. Todavia, também aos homens a estrutura do patriarcado pode ser considerada como uma opressão, impondo a estes, desde meninos, posturas e comportamentos que ferem a própria corporeidade, inibindo ou mascarando suas dores. Não obstante as dificuldades de muitos homens e as decorrências nefastas do regime patriarcal para estes, a opressão é inexoravelmente maior para as mulheres, que são penalizadas física e emocionalmente diante das posturas construídas historicamente pelos homens. Ao longo das últimas décadas tem aumentado os questionamentos e a tentativa de rompimento com estes padrões. Entretanto, essas lutas ainda são minoritárias e não afetam, de modo contundente, a sociedade patriarcal.

Da opressão patriarcal deriva privilégios aos homens que podem ocupar os espaços, assim como suas ideias tendem a prevalecer quando nos referimos a produção e ordenamento espacial. A política eletiva demonstra esta realidade, atualmente na Câmara, composta por 513 deputados, apenas 77 são mulheres (15%) e 436 homens (85%). Desse contingente a maioria é formada por pessoas brancas (75%). A ausência das mulheres em espaços como este se constitui em maior dificuldade para mudanças.

Como destaca Santos e Santos (2017), há uma invisibilidade das necessidades das mulheres a medida em que existe um discurso atribuindo à elas as atividades de cuidado, mas, concomitantemente, tais atividades não são priorizadas socialmente, como por

exemplo a construção de escolas em tempo integral, auxílio maternidade para mulheres que não estão no mercado formal de trabalho, entre outras demandas que as políticas públicas poderiam garantir.

É importante aqui nos atermos ao discurso comumente presente de que as temáticas de gênero não são objeto de estudo da geografia e que ao indicarmos a importância da presença dos grupos minoritários (não em termos quantitativos) estaríamos reafirmando a não cientificidade geográfica dos temas. Ao contrário, quando consideramos a geografia como uma ciência humana cujos espaços se constroem a partir das dinâmicas das sociedades, as questões de gênero são fundamentais na construção das bases de organização social, sendo elas explicativas inclusive da invisibilidade destes grupos, aqui neste texto com destaque as mulheres e a sua presença objetiva e subjetiva na construção das segregações espaciais. A pertinência geográfica ainda decorre do compromisso científico desta ciência com as injustiças espaciais e as proposições de mudanças a partir da racionalidade científica para construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social, portanto com equidade de gênero.

Ainda neste sentido, lembramos das violências como decorrências desta estrutura patriarcal. As mulheres vítimas de violências têm dificuldade psicológica e social de romper com a situação uma vez que suas ações são julgadas pelos clivos da moralidade e da doçura feminina, maternal que “cuida” de todos e, portanto, deve ser compreensiva para com as atitudes “descontroladas” dos homens provedores dos lares. Ainda há a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho e se manter materialmente, pois a mesma casa da qual é considerada a “rainha do lar”, é o primeiro lugar de perda, uma vez que é neste espaço privado que a violência ocorre e é silenciada.

A própria maternidade, que supostamente encerra em si uma questão natural, reforça o papel socialmente definido para a mulher, desde a escolha do enxoval do bebê e a organização de como cuidará ou delegará à outra pessoa (geralmente uma mulher) o cuidar do bebê, independente de ter ou não um(a) companheiro(a). A maternidade está vinculada à figura da mulher e não estamos nos referindo ao gerar, mas ao criar o filho/a. Embora pareça ser absolutamente natural a identificação de determinados comportamentos ou instintos à maternidade, por um lado, e a vinculação à comportamentos mais virilizados estarem relacionados mais à figura masculina, por outro, consideramos urgente repensar estas verdades e indagarmos se de fato são comportamentos oriundos de uma matriz biológica, vinculados intimamente ao desenvolvimento da espécie ou se são construções fortemente marcadas por aspectos culturais, por interesses sócio

históricos e comprometidos com a manutenção de um determinado status quo patriarcal ainda imperativo na atualidade (SANTOS e SANTOS, 2017, p.180).

Estes apontamentos nos remete a importância de a ciência geográfica discutir e incorporar gênero aos seus arsenais teóricos como uma categoria analítica.

André (2019) chama a atenção de que a geografia, ao longo de sua construção histórica, foi incorporando leituras de acordo com os contextos e mudanças na realidade, para a autora, “Público e privado, produção e reprodução, trabalho e lazer, trabalho formal e Informal passaram a ser conceitos indissociáveis” (ANDRÉ, 2019, p.21). De acordo com a autora, a geografia nos estudos trazia as diferenças entre homens e mulheres, especialmente em termos descritivos. A partir da incorporação das temáticas sociais o caráter descritivo cede espaço às leituras das problemáticas sociais, incluindo aquelas para além das demandas econômicas, para as quais o marxismo foi de grande valia na interpretação geográfica.

Ao considerar a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo destaca:

O agregado doméstico asseguraria, no seu conjunto, a articulação entre os dois domínios da economia: o público, onde eram obtidos os rendimentos necessários aos consumos domésticos, através dos salários dos homens, e o privado, onde as mulheres garantiam a procriação e o trabalho doméstico, complementando as restantes instituições de reprodução social. Marginalizado o seu lugar na sociedade, por via da exteriorização de um grande número de tarefas, de produção e de reprodução, que estavam incluídas anteriormente na esfera doméstica, a parecia responder, de forma eficaz, instituição familiar às solicitações do desenvolvimento capitalista (ANDRE, 2019, p.225).

Embora os estudos geográficos estejam tradicionalmente relacionados aos espaços públicos (de dominação masculina) onde ocorrem as transações de poder e de ordenamentos territoriais, queremos trazer, também, a leitura geográfica dos espaços privados ou no espaço doméstico (representado pela casa), espaço este que representa na perspectiva da sociedade patriarcal o lugar das mulheres, o qual para elas é por vezes espaço de aprisionamento e violências silenciadas.

Especialmente num momento como este em que vivemos uma pandemia decorrente do COVID 19, a casa tomou uma centralidade de encontro. Muitas famílias, especialmente da classe média, estão confinadas nas suas casas onde se mora e têm todos os trabalhos cotidianos. A casa tem se tornado para muitas pessoas, além da função de

abrigo, também espaço do trabalho formal “*home office*”, espaço de lazer, espaço escolar (aulas remotas), espaço de cuidados com a saúde, espaço de professar a religiosidade, de atendimento psicológico onde tudo é vivenciado em termos virtuais, remotos mas também na construção real, concreta.

É importante destacar que muitas famílias não vivem este processo em suas casas, pois a classe trabalhadora, independente de considerar o isolamento social importante e/ou necessário precisa se deslocar diariamente aos seus postos de trabalho, que pode ser as casas daquelas pessoas que tem condições econômicas de se isolarem. Que tem uma superlotação e precarização do seu espaço privado, com crianças que não estão indo à escola nesse momento mas que precisam usar o espaço para estudar, mesmo que as estruturas físicas sejam precárias, como a mídia tem demonstrado nos últimos tempos, como se a privação espacial fosse resultado da pandemia.

E temos, ainda, uma pequena parcela da população que mesmo isolada tem acesso aos profissionais que exercem os trabalhos domésticos. Não se trata de generalizações e nem mesmo entendamos abarcar a todos os espaços domésticos. Nossa reflexão parte de alguns apontamentos gerais que ocorrem nos espaços domésticos e que a geografia pode contribuir com as análises e desta forma trazer mais elementos à mudança das situações de dominação e exclusão das mulheres, impedindo ou dificultando as suas ações nos espaços públicos. Na sequência o depoimento de uma jovem estudante de geografia de uma universidade pública.

Neste período pandêmico, eu refleti muito sobre autonomia, mas não necessariamente pude usufruir dela, visto que com o isolamento social os trabalhos domésticos se intensificaram, e por mais que estes sejam divididos onde eu moro, todo o processo de "gerenciamento" é por eu executado, o que torna exaustivo física e mentalmente (depoimento via remota, em 16/10/2020).

Para muitas famílias a pandemia acabou por unir os espaços públicos e privados, seja para trabalho formal, escolar, religioso, lazer entre outros. As funções de produção e de reprodução, que ao longo da história foram separadas, ocupam o mesmo espaço. Então o espaço da mãe, mulher que era denominado do espaço da rainha do lar foi sendo ocupado por todos os membros de casa. E agora qual é o seu espaço?

O trabalho doméstico, considerado como um trabalho feminino foi ampliado com a pandemia, pois hábitos de higiene são ainda mais exigidos. O cuidar das crianças que

não vão para as creches e escolas e ainda requer ajuda nas tarefas escolares é uma função exaustiva, assim como o cuidado com os idosos e acamados que além da atenção a saúde precisam ser isolados. Um isolamento coletivo. Junta-se a estas outras funções costumeiramente intrínsecas às mulheres para a manutenção das famílias, como a preparação da alimentação, que em muitos casos se tornou escassa pela crise política e econômica que acompanha a Pandemia, não bastasse o aumento dos abusos de violência veladas e explícitas.

As formas de violência contra as mulheres, como destaca Saffioti (2004) estão vinculadas à estrutura patriarcal e tende a ser banalizada ou naturalizada. Podemos utilizar a análise da autora quando se refere à violência como ruptura de integridades e que provoca problemas para as mulheres vítimas, assim como a todos que convivem neste mesmo espaço. Estabelece a educação pela violência, que tende a se manter, pois existem diferentes motivos que forcem as mulheres a permanecerem nesta sujeição.

Segundo esta perspectiva teórica, a violência doméstica, exercida no espaço privado, é necessariamente pública e diante as dificuldades concretas existentes, o Estado, através das políticas públicas, deve agir para coibir, pois do contrário, estará reforçando as formas de violência. Mais uma vez destacamos que a participação das mulheres é fundamental, pois são elas as principais vítimas do processo, devendo, portanto, assumir o protagonismo das mudanças.

Conclusões/Perspectivas

Concluir este texto é uma tarefa difícil, pois por mais concreta que seja a importância da participação das mulheres nos diversos espaços e da fragilidade desta participação que não decorre de elementos biológicos e nem de uma naturalização do ser mulher ou ser homem, ainda precisamos reforçar tais elementos a todo instante e, no mundo acadêmico, nos impor utilizando da perspectiva de produção que valoriza os trabalhos masculinos.

Temos que romper com a lógica da produção masculina de invisibilidade de parcela da sociedade constituída pelas mulheres e LGBTQI+, nos colocando neste mesmo processo produtivo que exige das mulheres sobrecargas de trabalhos e ainda, colocam em xeque o caráter científico de suas preocupações. A todo instante as mulheres são chamadas a comprovar a cientificidade das suas proposições, mesmo na geografia que tem visto a

ampliação das temáticas de gênero, diversidade sexual, questões étnicas entre outras de relevância social.

A Pandemia, ao mesmo tempo que provoca o isolamento, visibiliza as diferenças existentes e mostra sinais de esgarçamentos da supremacia masculina, quando as mulheres começam a clamar nas redes sociais, muito utilizadas neste momento, mudanças nas divisões de tarefas domésticas, reconhecimento do seu papel produtivo nas relações de reprodução, reconhecimento profissional e cuidados com a sua saúde mental. Isso é possível observar, como no debate online coordenado pela revista. Esta reflexão nos parece muito pertinente, especialmente porque traz ao público algo que era restrito ao espaço privado.

Por outro lado, temos um número ainda mais expressivo de mulheres que não tem acesso a estes canais, seja por falta de instrumentos, de conhecimento ou de autonomia do tempo e do espaço para parar, refletir e agir sobre a dominação e as opressões decorrentes. Assim, lembramos o aumento da violência doméstica, pois no caos estão as mulheres e os homens violentos dividindo o mesmo espaço. Uma violência que gera sofrimento e reflete num modelo de educação de naturalização da opressão e dominação sobre as mulheres, trata-se do rito da repetição. A consequência tem sido drástica, como o aumento dos casos de feminicídios.

A organização dos tempos de trabalho formal e doméstico exigem das mulheres uma sobrecarga que poderá recair sobre a sua produtividade ou o adoecimento por estresse decorrente das múltiplas atividades, mas também da auto pressão para corresponder ao padrão de mãe, esposa, cozinheira, lavadeira, a manutenção da casa com a ampliação do trabalho diante o aumento da necessidade de higienização dos espaços, mais tempo na limpeza, nas compras do mercado entre outros. As redes de apoio são fundamentais tanto neste contexto de Pandemia que evidencia as vulnerabilidades quanto fora dele.

O uso das tecnologias como forma de se conectar diante o isolamento social, pode ser utilizado como uma ferramenta importante para as mulheres mostrarem suas construções, suas reivindicações e os problemas que enfrentam. Entretanto, esta ferramenta ainda é pouco, pois muitas mulheres não terão acesso às redes. Nesse sentido, cabe a nós (falo as geógrafas de forma especial) construirmos estas redes de apoio no seio da ciência geográfica, não exclusivamente de forma a dar vozes as mulheres dentro e fora da academia, mas também ao trabalharmos com uma ciência que se ocupa do espaço geográfico e sabendo que este é uma constituição política, econômica e social. Temos que

fomentar a edificação de políticas públicas que possibilitem às mulheres saírem dos espaços privados de encarceramento para espaços públicos e privados de exercício da autonomia e da equidade de gênero, espaço de respeito e de utopias, rompendo com os silêncios que nos amordaçam ao longo da história. A independência é um mecanismo para melhorar a situação das mulheres, uma vez que promove a autonomia em todos os sentidos.

Considero estas reflexões pertinentes para aqueles e aquelas que ambicionam romper com as cercas das opressões (parafraseando o último SINGA) e impertinente aqueles que preferem o privilégio do lugar instituído.

Referências

ABRAMO, Lais. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006.

ANDRE, Isabel Margarida de Almeida. **O falso neutro em geografia humana: gênero e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico.** Lisboa: Ideias e Comunicar, 2019.

LOURO, Maira. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Reminiscências, releituras, reconceituações. **Revista Estudos Feministas**, p. 97- 103, 1992.

SAFFIOTI. **Gênero, Patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Roseli Alves dos. SANTOS, Luiz César Teixeira. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 177 - 193, jan. / jul. 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2), 5- 22, jul.-dez, 1990.

SILVA, et all. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO v. 3, n. 2, p.38-62, set/2009.

SILVA, Suzana Maria Veleza. ALMEIDA, Andresa Cristiane Colvara. A inserção de mulheres na indústria de construção naval e off-shore em Rio Grande-RS: a relação com o sindicato. **Revista Pegada** . Vol. 16, n. 2, 2015.

Sobre a autora

Roseli Alves dos Santos

Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Geografia, cuja trajetória acadêmica na área de Ciências Humanas conta com graduação e especialização em Geografia na Universidade Estadual de Maringá, Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-doutorado na Université de Caen Normandie França. Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, gênero e Diversidade e membro do grupo de estudos Geolutas, faz parte do Observatório da Questão Agrária no Paraná e Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres Maria da Penha.

Como citar esse artigo

SANTOS, Roseli Alves dos. *Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes?* **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 227-242, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7965

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30